

EXTENSÃO RURAL: UMA CONTRIBUIÇÃO AO SEU REPENSAR
Rural Extension: A Contribution to its Re-Thinking

Eros Marion Mussoi*

RESUMO

Com objetivo de contribuir na reflexão da ação da Extensão Rural, justamente no momento que a Sociedade Brasileira debate a política econômica assumida nas últimas décadas, parte-se de uma revisão histórica na qual procura-se identificar a origem e os caminhos (... a serviço de quem ...) da Extensão Rural no país. Ressalta-se a identificação perfeita entre a "Revolução Verde" e a Extensão Rural (esta com instrumento daquela, a serviço da introdução do capital no campo com todos os seus reflexos).

Discute-se também a influência da política partidária e o seu uso na Extensão Rural. Esta análise é fundamental para que se proponha um trabalho de Comunicação Rural que expresse um compromisso de educação autêntica, na qual extensionista e agricultores estão integralmente comprometidos, e mediados pelos problemas, injustiças e contradições da realidade que os cercam, buscam soluções alternativas aos seus problemas, baseados numa ação democrática, participativa e principalmente educacional.

UNITERMOS: extensão rural, reavaliação.

SUMMARY

With the purpose of contributing to the reflection of Rural Extension action at very moment that Brazilian Society is discussing the economic policy adopted throughout the last decades, we have started from a historical review where we tried to identify the origin (people assisted) of Rural Extension in the country. The perfect identification between the "Green Revolution" and Rural Extension (the

* Engenheiro Agrônomo, MSc em Extensão Rural (UFSM-Santa Maria-RS), pós-graduação em Desenvolvimento Econômico e Planejamento (Nápoles-Itália) Professor Assistente da Universidade Federal de Santa Catarina (disciplina Extensão Rural). Coordenador de Planejamento da EMATER-SC/ACARESC - Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. Diretor de Política Agrícola da AEASC.

latter being a tool for the former as a means of introducing the capital in the country is emphasized with all its reflections). The effect of party politics and its use in Rural Extension is also approached.

The present analysis is essential for the proposal of a Rural Communication work which expresses a commitment to an authentic education in which farmers and extension agents may be completely involved, and in the face of problems, injustices and contradictions existing in the reality surrounding them, can search for alternative solutions to their problems which are based on democratic, participative and mainly educative action.

KEY WORDS: rural extension, re-thinking.

INTRODUÇÃO

No momento que a Sociedade Brasileira debate a política econômica assumida nas últimas décadas e seus reflexos, é importante que se analise, neste contexto os instrumentos (Extensão Rural, Pesquisa, Crédito Rural, Preços mínimos, etc) que em maior ou menor grau, implementaram a política agrícola. É evidente que se deve ter consciência, que estes instrumentos tiveram sua ação condicionada por uma intenção de política mais ampla e por interesse muito bem definidos, e uma análise desagregada pode levar a erros se não considerar efetivamente este condicionamento.

Destes instrumentos, um dos principais é sem dúvida a Extensão Rural que pela sua ação e capilaridade, é quem efetivamente "transfere" ao campo os objetivos dos governos.

A história da Extensão Rural tem 35 anos no Brasil, e 28 anos em Santa Catarina especificamente.

Pretendemos neste trabalho, analisar estas últimas décadas tanto no que se refere a Política Agrícola, seus condicionantes e reflexos, como principalmente a Extensão Rural especificamente. Estes 35 e 28 anos, respectivamente de experiência brasileira e catarinense, devem ser respeitados e refletidos pois são ricos de ensinamentos para quem desejar ter um serviço de Extensão Rural realmente comprometido com os interesses concretos da maior parte dos trabalhadores rurais.

Não pretendemos apresentar um trabalho acabado, pois além de muita pretensão, seria totalmente incoerente com o que pensamos. Acredi-

tamos que uma análise da Extensão Rural deve ser procedida com os trabalhadores rurais (pequenos agricultores, proprietários ou não, parceiros, arrendatários, meeiros, bôias-frias, empregados, mulheres e jovens rurais, assistidos ou não pela Extensão Rural), pois estes devem ser os principais sujeitos da sua ação-reflexão.

REVISÃO HISTÓRICA

Nesta rápida revisão histórica, torna-se importante distinguir dois momentos. O primeiro é a formação espontânea de grupos de agricultores, que se reúnem para discutir seus problemas e buscar soluções alternativas.

Este primeiro momento ainda tem uma fase seguinte que são os agricultores, após esgotados (no entender deles) as possibilidades de busca de soluções entre os membros do grupo/comunidade, trazem para orientá-los pessoas de fora de seu Sistema Social (professores, técnicos, etc). Estas experiências são registradas em diversas partes do mundo, embora a bibliografia disponível evidencie sobremaneira a experiência norte-americana.

O segundo momento a ser considerado é a institucionalização da Extensão Rural e, principalmente, sua introdução no Terceiro Mundo.

Segundo a EXTENSION SERVICE REVIEW (15), "o extensionismo é um dos exemplos em que o impulso para sua regulamentação partiu do campo para depois chegar ao Congresso.

A idéia básica de Extensão surgiu a partir das necessidades dos agricultores - homens e mulheres - que frequentavam "institutos agrícolas" para aprender com "professores" de faculdades de Agronomia.

"No período entre 1785, quando é formalizada a Sociedade Agrícola da Filadélfia, e posteriormente a criação dos Institutos Agrícolas, até 1914, quando o Congresso Americano define através da Lei Smith-Lever os objetivos do Sistema de Extensão Cooperativa" (8), a Extensão passa por uma série de transformações.

Entre 1914 e 1945 foram aprovadas inúmeras leis contendo provisões sobre o maior desenvolvimento do Serviço de Extensão Rural.

No entanto, em 1953 estas leis foram revogadas e a Lei Smith-Lever

de 1914 foi emendada, a fim de consolidar toda a legislação*.

Mas, como colocamos anteriormente, é mais importante para nós analisar a introdução da Extensão Rural no Terceiro Mundo. Esta análise obrigatoriamente, deve deslocar nossa atenção ao advento da "Revolução Verde", seu "patrocínio" e reflexos nos países "em desenvolvimento".

"REVOLUÇÃO VERDE" E A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Torna-se fundamental reavivar a nossa memória (mesmo que de uma forma sintética) sobre a origem da "Revolução Verde", pois somente com o seu entendimento é que poderemos, através de um debate criativo, sem censura (e principalmente sem auto-censura), explicar a situação da questão agrária e agrícola atual (e a que se projeta no nosso futuro, pelo menos próximo).

A "Revolução Verde" nasce em 1943, com o discurso de "acabar com a FOME no mundo"**.

Seu modelo teórico (concebido nos escritórios das Fundações FÖRD e ROCKFELLER, então mistificadas como "desinteressadas instituições filantrópicas") era razoavelmente "simples".

Deveriam ser geradas variedades de plantas altamente produtivas (onde produzia uma espiga deveriam ser produzidas duas), e deveria ser montado um serviço eficiente para transferir as novas variedades (e posteriormente raças e linhagens animais) aos agricultores, que adotando as inovações passariam a dobrar sua produção (ganhando o dobro), produção esta que seria colocada a disposição das populações famintas.

Estão desta forma definidas as funções gerar e transferir tecnologia. Saindo da concepção teórica para a prática, com o "patrocínio desinteressado" das Fundações mencionadas é criado em 1943 o CIMMYT,

* Para um conhecimento mais detalhado ver KELSEY, L.D. e HARNE, C.C. em Cooperative Extension Work (1963).

** É fundamental que se tenha claro e detalhado o que aconteceu sob o manto da "Revolução Verde" e seus reflexos sociais e econômicos. Este detalhamento pode ser encontrado em PEARSE, Andrew em "Seeds of Plenty, Seeds of Want—Social and Economic Implications of the Green Revolution", Oxford, 1980 (11); GEORGE, Susan em "O Mercado da Fome - as Verdadeiras Razões da Fome no Mundo" RJ, 1978 (5); e CAUTELA, Afonso em "Os agrônomos da Fome": Dumont, Borlang, FAO e Cia. Lisboa, 1979 (2).

sigla espanhola do que é hoje o Centro Internacional de Melhoramento de Trigo e Milho, no México, para trabalhar no melhoramento do milho e do trigo, e posteriormente, em 1962, foi criado, nas Filipinas, o Instituto Internacional de Pesquisa sobre o Arroz (IRRI), para trabalhar no melhoramento do arroz.

As novas variedades (e depois, raças/linhagens de animais), verdadeiramente podiam produzir mais, como também o faziam num ciclo mais curto de tempo. Isto seria excelente se uma inovação tecnológica, consistisse meramente em tecnologia. "Essas plantas, cita GEORGE (5), são adaptáveis a muitos ambientes - mas não tanto quanto seriam através de milhares de anos de seleção natural - logo, apresentam problemas de pouca resistência às doenças. E não darão frutos, a menos que recebam altas doses de fertilizantes e condições ótimas de irrigação. Noutras palavras, para obter-se pleno rendimento das novas sementes 'milagrosas', é necessário que recebam muita água, muito alimento e muita proteção química - inseticidas e fungicidas contra pragas, herbicidas contra ervas daninhas que também se favorecem com os fertilizantes.

O problema, continua GEORGE, é que se faltar um só desses elementos nas quantidades recomendadas, elas produzirão por vezes menos do que poderia ser obtido com as variedades tradicionais".

Hoje a luz dos fatos e dados (40 anos depois), ficam evidente (ã custa de muita miséria e dependência), que o pior caminho que um país sub-desenvolvido (alguns dizem sub-gerenciado) poderia seguir seria o de comprar técnicas pré-fabricadas que não permitem liberdade de escolha na combinação dos "insumos modernos" fornecidos do exterior (ou na mão de grandes corporações nacionais), com os insumos "tradicionais" de produção local.

Lester Brown, um dos apologistas da "Revolução Verde", dizia que "os custos e o esforço extra valem a pena, uma vez que, ao usar insumos comprados e ao comercializar a produção adicional, os camponeses entram na corrente da vida econômica". O próprio Brown complementa: "somente as empresas agro-industriais podem suprir esses novos insumos de forma eficiente. Isto significa que as corporações multinacionais têm um justificado interesse na revolução agrícola, ao mesmo tempo que os próprios países pobres" (grifos nossos).

Por outro lado também, seria um erro imaginar no entanto, que o

pacote tecnológico da "Revolução Verde" é integralmente entregue à porta dos agricultores, no momento exato do início do ano agrícola.

O próprio agricultor normalmente tem de armá-lo a partir de muitas fontes. Isto por si só, é o bastante para excluir dos "benefícios" da Revolução Verde todos os agricultores que não sejam os maiores (economicamente) e os de melhor instrução (isto tem implicações que serão analisadas depois, quando se discutir a definição do público da Extensão Rural).

Novamente cita-se Lester Brown quando em entrevista na Conferência Mundial de Alimentos ele diz: "É verdade que peritos agrícolas cometeram um grande erro ao favorecer a transferência de tecnologias inadequadas ao Terceiro Mundo. Mas acredito que estejam começando a dar-se conta disso" (Les Dossiers "Bis" de Jeune Afrique, janeiro-junho, 1975, p. 96-97).

Inúmeros estudos citados por GEORGE e PEARSE evidenciam os lucros que as Companhias Multinacionais usufruem da Revolução Verde, evidenciando também que esta "Revolução" é um sistema complexo, e muito bem concebido, para a dominação industrial, e aumento da dependência (tecnológica e econômica) dos países periféricos com relação aos países centrais. Além dos reflexos já citados da "Revolução Verde" nos países do Terceiro Mundo, devem ser considerados também os seguintes: mecanização favorecendo a liberação de mão de obra ("os trabalhadores assalariados viram aumentar sua produtividade e conseqüentemente aumentaram suas reivindicações salariais. Tratores não tem essa desvantagem, fato que os agricultores ricos logo perceberam"); priorização de culturas de exportação em detrimento de culturas alimentares (Terceiro Mundo como produtor de matéria prima); problemas ecológicos sérios, com a quimicização e a mecanização da agricultura.

É claro que estes reflexos são frutos de uma Política Agrícola adotada (ou imposta?) pelos governos que patrocinam a implantação da "Revolução Verde", através da utilização de seus instrumentos de políticos. Neste contexto pode-se alinhar o Ensino Agrícola (formação de profissionais voltada à "modernização" e especialização da agricultura, com utilização de tecnologia do trigo capital intensivo, formando em profissionais modulados por "pacotes" legítimos "repassadores" de tecnologia).

Pesquisa agrícola (adaptando/gerando tecnologia por produto - priorizando os produtos ou de exportação - tecnologias estas utilizadoras de capital de forma intensiva).

Crédito rural (priorizando de forma discriminatória os produtos "nobres", pagamento de fretes, reduzindo as taxas ou mesmo isentando de juros, criando subsídios para aquisição de insumos modernos e máquinas agrícolas, etc.).

Extensão rural (transferindo estas tecnologias "modernizadoras").

Procedida esta análise da "Revolução Verde", é interessante traçar um paralelo a nível nacional com os diversos momentos por que o País passa e o surgimento/crescimento da Extensão Rural.

No Brasil, o modelo Cooperative Extension Service foi ensaiado pelas Escolas de Agronomia de Viçosa e de Lavras, MG, profundamente influenciadas por educadores norte-americanos. No entanto, é em Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo que são registradas as primeiras experiências de Extensão Rural (3).

Se a "Revolução Verde" inicia em 1943 (fase de geração de novas variedades) e suas primeiras respostas aparecem no início da década de 50, "coincidentemente" neste período é que se registra o início da Extensão Rural no Brasil.

As experiências de Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo acontecem entre 1948 e 1956. Neste período surge a ACAR-MG (Minas Gerais), ANCAR-Nordeste, ASCAR (RS), ACARESC (SC) e é criada em 1956, após "entendimentos havidos entre Nelson Rockefeller (criador da AIA - Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social) e o Presidente Juscelino Kubitschek", a ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (3).

Ao se relacionar o surgimento da Extensão Rural com a "Revolução Verde", é importante analisar a palavra de Willy Johan Timmer (14), especialista em Extensão Agrícola da FAO e executor de uma missão de "Assistência Técnica" no Brasil no início da década de 50. Timmer fez uma série de palestras na sua missão de "Assistência Técnica" na intenção de "difundir pelo país, noções básicas de Extensão". A contribuição de Timmer foi decisiva sem dúvida, pois, com a incorporação de alguns conceitos fundamentais, começou a "preparar o terreno" para uma mudança no modo de produção agrícola (com todas suas conseqüências). Embora seu

discurso enfatiza que "a extensão trata a realidade agrícola, como uma relação entre o homem e a natureza", e que "será ele (o homem) e não a produção, o nosso principal objetivo", que "é necessário considerar a realidade em que o produtor se encontra", que "o resultado do trabalho será alcançado por meio de uma educação em seu sentido mais amplo" (mais adiante ele define o que entende por "educação"), embora como se vê apresentando um caráter aparentemente "humanista" sua visão da realidade é extremamente ingênua (pois omite relações sociais específicas que condicionam o grau de pobreza e o "atraso rural"), propondo um trabalho de natureza assistencialista/paternalista, e o homem, ao invés de sujeito, torna-se objeto da ação.

As contradições são encontradas no próprio discurso de TIMMER quando, no mesmo documento faz colocações como "a questão é persuadir os agricultores a utilizar os melhores métodos", "aumentara capacidade de aquisição rural ensinando os agricultores como gastar seu dinheiro de modo racional", "a educação precede o fomento, mas são dois polos complementares", "se não persuadirmos as populações rurais a empregar um método de produção e se não lhes dermos os meios indicados, a educação será apenas instrução", "é conveniente uma estreita coordenação entre o fomento e a educação rural", "a educação deve elevar o nível das necessidades das populações rurais para que então o fomento encontre um ambiente para seus meios e métodos diretos", "o fomentador age simplesmente no campo da produção, ao passo que o educador pode e deve agir no domínio do consumo", "persuadir as populações rurais a aceitar nossa propaganda é justamente a tarefa do extensionista", lavremos pois, a terra e lançarmos as sementes para a colheita de uma classe sã de agricultores", "em regra geral dirigimo-nos inicialmente, aos lavradores que gozam de elevado conceito entre seus companheiros, conquistados estes pela propaganda, frequentemente os outros seguem seu exemplo", "a rivalidade tem sido o motivo que vem se utilizando a extensão agrícola como ponto de partida para a realização de competições e concursos agrícolas", "a missão da extensão agrícola será definida mais claramente se em vez de produção, dissermos que sua finalidade é a produtividade no seu mais elevado ponto e de maneira permanente", "deve-mos salientar a necessidade de uma reforma mental na atividade e concepção da vida das populações" (grifos nossos).

Embora o "modelo" econômico de desenvolvimento urbano-industrial tenha sido assumido, de forma decisiva em 1955 no governo Juscelino, é só em meados da década de 60 que se vai sentir no país o que poderia se chamar de início da "Revolução Verde Nacional".

A "Operação Tatu" no Rio Grande do Sul, a "Operação Fertilidade" em Santa Catarina (1.969/70) e tantas outras atividades nos estados do Centro-Sul definem o passo inicial da "modernização conservadora" (6).

A introdução, incentivo e difusão da soja (que montará binômio com o trigo), a difusão do porco tipo carne, a avicultura de corte industrial, as integrações de suínos/aves/fumo, a fruticultura de clima temperado, são exemplos da "nova agricultura". O apoio estatal é decisivo, não só com pesquisa e assistência técnica mas também como citamos, com subsídios, pagamento de fretes, juros, e uma série de privilégios.

A Extensão entra numa fase de busca de produção e produtividade (que era o objetivo maior da política governamental).

É a busca por agricultores que apresentem potencial de resposta.

A metodologia empregada proporciona a difusão de "insumos modernos". Chega-se a definir em âmbito nacional, estadual ou regional dimensionamento/metabolismos mínimas a serem atingidos, e projetos e programas especiais. Para o alcance dos objetivos, a Extensão assume a 2ª parte do discurso de TIMMER, e assume também decisivamente as teorias difusionistas de ROGERS e SHOEMAKER (12), utilizando-se da transferência de tecnologia através de métodos persuasivos, procurando enfatizar o "atraso rural" como entrave ao desenvolvimento. Como resposta ao "atraso rural" (quem não lembra do famoso círculo vicioso da pobreza?) é apresentada a grande solução pela adoção do Crédito e da Assistência Técnica.

Através de raciocínio linear o "atraso rural" seria resolvido (Assistência Técnica e Crédito → tecnologia moderna → maior produtividade → maior produção → maior renda → tecnologia moderna, etc, etc). "Ora, cita GUEDES PINTO (7), nós sabemos claramente hoje, mais do que ontem, que este processo não é assim automático, linear. Há uma série de fatores que interferem em cada momento. Basta, por exemplo, que o ponto de estrangulamento seja a comercialização, e mesmo que todas as etapas acima expostas sejam vencidas com sucessos, que o resultado final será um fracasso para o agricultor".

Devemos entender (9) que o "atraso rural" não é etapa a ser superada, mas sim fruto de relações sociais específicas.

Entra-se na época da especialização, chegando a ter extensionistas especialistas (técnicos especializados num produto) e extensionistas "generalistas". É a ênfase ao produto. Este é o momento da assistência individual.

Num estudo (10) que analisa a relação entre o número de agricultores assistidos por extensionistas em Santa Catarina no período de 1975/79, pode-se notar o crescimento da força de trabalho extensionista, porém a relação número de agricultores assistidos/extensionista diminui.

Se em Santa Catarina, que o trabalho grupal não foi totalmente abandonado e a especialização por produto não chegou a níveis críticos, a situação apresenta esta característica imagine-se no resto do país, onde por exemplo o trabalho social (o pouco que tinha) foi praticamente abandonado. Mais recentemente, fruto da pressão dos agricultores e de uma nova visão dos próprios extensionistas (além da crise do petróleo) reve-se objetivos e diretrizes, enfatizando-se agora a visão da unidade de produção como um todo, a utilização racional dos recursos naturais, o uso de tecnologias apropriadas, a produção de subsistência, e principalmente, o planejamento e a ação participativa (participação efetiva dos agricultores nas definições do que fazer e nas ações da Extensão Rural).

O COMPONENTE POLÍTICO

Este estabelecimento das "novas" linhas da Extensão Rural são decisivos na sua retomada e consolidação não fosse o componente político que, se omitido desmereceria a qualquer análise séria.

Do início da Extensão Rural até 1964, o país viveu momentos de uma "aparente" democracia. O país era governado sempre pelas classes dominantes, que se dividiam em diversos partidos (que em maior ou menor grau estavam representados nos governos). A Extensão Rural não sofria interferências marcantes.

A partir de 1964, entra uma fase ditatorial, e por isto mesmo mono-partidária; a situação não altera muito.

Os momentos que precedem as eleições de 1978 (bipartidarismo) e

1982 (pluripartidarismo) encontram o Sistema de Extensão crescido (vegetativamente, e diria até em qualidade de assistência), o que lhe deu capilaridade e importância política estratégica, despertando a atenção de quem quer se manter no poder.

Nestes momentos a Extensão é obrigada a negar os seus estatutos e regimentos e, principalmente, a sua cultura histórica de "não executar qualquer forma de proselitismo político-partidário ou religioso" (1).

A partir deste período as interferências de políticos ou grupo econômicos tem prejudicado profundamente, senão negado, a implementação das diretrizes extensionistas (discutidas com todos extensionistas, e aprovado pela EMBRATER e governo Estadual).

EXTENSÃO RURAL - UM COMPROMISSO DE EDUCAÇÃO AUTÊNTICA

É indiscutível que o meio rural necessite de um trabalho de Comunicação, no sentido de comunhão de idéias dado por FREIRE (4), no qual extensionistas, respeitando (e valorizando) a cultura do trabalhador rural, junto com ele (no seu grupo) problematizam a situação (com suas injustiças e contradições), buscando (sempre juntos e comprometidos integralmente) soluções alternativas aos problemas evidenciados (soluções que podem ser técnicas, políticas, econômicas, sociais ou culturais).

É algo que transcende ao assistencialismo/paternalismo.

É educação/libertação autêntica. É um compromisso POLÍTICO (sem fazer política partidária).

Com risco de sermos completos (e não é esta a intenção, na medida que este é um documento para debate) alinhamos algumas condições básicas para o repensar da Extensão Rural:

- um compromisso efetivo com a grande massa de trabalhadores rurais (já definidos como o pequeno agricultor, proprietário ou não de terra, o empregado rural, o meeiro, parceiro, arrendatário, o "bóia-fria", o posseiro), sem discriminações quaisquer que sejam, adequando-o à nova situação (que não é "transferência de tecnologia"),

- o conteúdo do trabalho gerado em função das necessidades concretas do meio agrário (13), fruto do permanente diálogo com os agricultores,

- que se crie um sistema de avaliação permanente da ação da Extensão e seus reflexos, com a participação efetiva do seu público-sujeito

(trabalhadores rurais)

- que seja repensada a metodologia de trabalho (inclusive o trabalho com liderança) e a estratégia de ação,

- que se busque a formação dos extensionistas (nas escolas, em pré ou em serviço) com sensibilidade para apreender a questão agrária, sabendo atuar de forma eclética (tanto técnica como humanisticamente), e com uma postura pedagógica do tipo educador-educando, realmente comprometido com a realidade na qual atua,

- seleção destes profissionais, por concurso público (democracia de oportunidades, como forma de evidenciar a seriedade do serviço),

- que os dirigentes, em todos os níveis, sejam extensionistas, com experiência, eleitos diretamente por seus pares.

Para alcance destas condições, torna-se fundamental o entendimento e incorporação efetiva de alguns princípios básicos.

PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS

Entende-se a Extensão Rural como um dos agentes de Desenvolvimento Integral (conjunto de transformações sócio-econômico-político e culturais, que devem beneficiar todas as camadas da população de forma igualitária). Neste sentido a grande razão do Serviço de Extensão Rural deve ser o homem, e portanto a sua filosofia básica está centrada na promoção da população rural considerando a sua realidade e seus problemas concretos, e a partir deles formular sua ação humanizadora.

Esta filosofia básica deve ser desdobrada em três princípios: extensão é um trabalho democrático, participativo e educacional.

a) Trabalho democrático - a ação da extensão rural deve ser essencialmente democrática, voltando-se prioritariamente às aspirações, problemas e necessidades da maior parte da população rural os pequenos agricultores proprietários, os jovens sem perspectiva futura, a mulher marginalizada, os agricultores sem terra, enfim os historicamente não privilegiados. Dentro do espírito democrático, esta ação deve ser permanente e crescente, na busca de uma sociedade mais justa e perfeita, considerando-se o bem estar coletivo.

b) Ação participativa - como decorrência do trabalho de Extensão Rural ser democrático, sua ação deve ser substancialmente participativa. Uma ação que, permanentemente, reflete a realidade onde está inse-

5. GEORGE, S. *O mercado da fome - as verdadeiras razões da fome no mundo*. Tradução: Eneida Cidade Araújo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 307 p.
6. GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa - Estrutura agrícola, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982. 192 p.
7. GUEDES PINTO, L.C. *Um radical reorientação na extensão rural*. *Jornal do Engenheiro Agrônomo*. São Paulo. AEASP, Junho/1980. p. 7-8.
8. KELSEY, L. D. & HEARNE, C.C. *Cooperative Extension Work*. New York, Cornell University, 1963. 420 p.
9. MUSSOI, E.M. *A questão da educação rural*. In: *Prospectiva - Revista de Orientação Educacional*, 2(13):3-6, outubro/1984.
10. MUSSOI, E.M. *Relação produtores assistidos - extensionistas: uma abordagem para debate*. Florianópolis, ACARESC, 1978. 8 p.
11. PEARSE, A. *Seeds of plenty, Seeds of want-social and economic implications of the green revolution*. Oxford, Clarendon Press, 1980. 262 p.
12. ROGERS, E.M. & SHOEMAKER, F.F. *La comunicacion de innovaciones - Un enfoque transcultural*. México, Herrero Hermanos, 1971. 372 p.
13. TESTI, A. *Sviluppo economico e bisogni essenziali*. Nápoli, Liguori Editore, 1983. 368 p.
14. TIMMER, W.J. *Planejamento do trabalho em extensão agrícola*. Rio de Janeiro, Ministério Agricultura-SIA, 1954. 214 p.
15. U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE. *Extension Service Review*. May and June, 1976. 42 p.